



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

MARINA CAMPELO BEZERRA

ORGANIZAÇÃO SOCIAL: ESTUDO DO PROJETO RECONHECER E MUDAR

FORTALEZA – CE

2021

MARINA CAMPELO BEZERRA

ORGANIZAÇÃO SOCIAL: ESTUDO DO PROJETO RECONHECER E MUDAR

Monografia apresentada ao Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Kilvia Souza Ferreira

FORTALEZA – CE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B469o Bezerra, Marina Campelo.

Organização social : estudo do projeto Reconhecer e Mudar / Marina Campelo Bezerra. – 2021.
51 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Administração, Fortaleza, 2021.

Orientação: Profa. Dra. Kilvia Souza Ferreira.

1. Organização Social . 2. Reconhecer e Mudar . 3. Metas. I. Título.

CDD 658

MARINA CAMPELO BEZERRA

ORGANIZAÇÃO SOCIAL: ESTUDO DO PROJETO RECONHECER E MUDAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Aprovada em 01/09/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. ^a Dra. Kilvia Souza Ferreira (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.º Dr. David Barbosa de Oliveira (Banca)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. ^a Dra. Márcia Zabdiele Moreira (Banca)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me dado saúde e condições para realizar o meu objetivo de cursar Administração na Universidade Federal do Ceará (UFC). Foram tantos percalços e lutas internas até chegar aqui! Que se não fosse Deus me orientando e mostrando o caminho certo, mesmo quando tudo dava errado, eu nada seria.

Não poderia deixar de agradecer aos meus pais, José Eudes e Marineide. E ao meu irmão Ulysses. Obrigado por tudo! Vocês são a minha base e o motivo da minha persistência. Sem vocês, não seria possível a realização desse sonho. Meus pais, muito obrigado pela paciência e por sempre me entenderem.

Agradeço também a minha orientadora Kilvia Souza Ferreira, que apesar de pouco conhecer, percebo o quanto é uma ótima professora, a qual me acolheu da melhor forma possível para a orientação desta monografia. Que Deus abençoe sempre a senhora e sua família. Agradeço a todos os professores que tive durante o curso e à minha banca. Todos fizeram parte dessa história. Obrigado!

Quero agradecer também a todas as empresas que pude adquirir experiências como estagiária: Sindicato dos Representantes Comerciais do Ceará (SIRECOM-CE), Ultranet Telecomunicações e Trigueiros Fontes Advogados. E a todos os meus colegas de estágio que contribuíram de alguma forma na minha evolução pessoal e profissional. Obrigada!

Agradeço a equipe do Instituto Juventude Inovação (IJI) pelo apoio e ensinamentos durante os 2 anos e 4 meses que trabalhei no projeto Reconhecer e Mudar. Em especial, a Raquelzinha, a qual tenho muita admiração e que também me ajudou muito no meu crescimento profissional e pessoal. Obrigado por tudo!

Por fim, quero agradecer à UFC por me dar essa oportunidade. Foi dentro dessa faculdade que realmente descobri a minha área de interesse e o caminho a seguir. Foi saindo de um curso de Engenharia Química para Administração que a minha vida fez mais sentido.

RESUMO

O Terceiro setor é composto por serviços sociais autônomos, entidades de apoio, ou seja, fundações privadas, associações e corporativas. E, além disso, organizações sociais (OS) e diversas Organizações Não Governamentais (ONGs). As organizações sociais são entidades privadas, sendo pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos, as quais atuam por meio de licitações, contratos de gestão e aspectos jurídicos. O objetivo principal deste estudo é investigar a gestão da organização social Instituto Juventude Inovação na perspectiva dos estudantes. São objetivos específicos: analisar os indicadores de metas do projeto Reconhecer e Mudar; apresentar resultados obtidos em cada meta estabelecida; verificar “feedback” dos alunos participantes sobre o projeto, através da aplicação de questionário. Para a construção do referencial teórico foram efetuadas pesquisas bibliográficas e exploratórias. Com o intuito de auxiliar no entendimento da parte prática do projeto foi realizado um estudo de caso. Os resultados foram adquiridos através de relatórios com instrumental de metas, e questionário que foi aplicado aos alunos participantes do projeto. Foram analisados os dados de três metas estabelecidas no contrato de gestão entre a prefeitura de Fortaleza e o Instituto. De acordo com os resultados das metas, o projeto alcançou e ultrapassou os seus indicadores. A coleta de dados com o questionário aplicado em sala de aula constatou que 93,87% dos alunos participantes avaliaram positivamente a atuação do projeto. Diante disso, é importante que o Poder Público apoie e incentive esses projetos executados pelas organizações sociais, visto que muitas vezes o Estado não consegue alcançar determinados resultados de forma efetiva.

Palavras-chave: Organização Social. Instituto. Reconhecer e Mudar. Metas. Organizações do Terceiro Setor.

ABSTRACT

The third sector is composed of autonomous social services, support entities, that is, private foundations, associations and corporations. And, in addition, social organizations (OS) and several Non-Governmental Organizations (NGOs). Social organizations are private entities, being legal entities governed by private law and not for profit, which act through tenders, management contracts and legal aspects. The main objective of this study is to investigate the management of the social organization Instituto Juventude Inovação from the perspective of students. The specific objectives are: to analyze the target indicators of the Recognize and Change project; present results obtained in each established goal; check feedback from participating students about the project, through the application of a questionnaire. To build the theoretical framework, bibliographical and exploratory research was carried out. In order to help understand the practical part of the project, a case study was carried out. The results were acquired through reports with instruments of goals, and a questionnaire that was applied to the students participating in the project. Data from three goals established in the management contract between the city of Fortaleza and the Institute were analyzed. According to the results of the goals, the project reached and surpassed its indicators. Data collection with the questionnaire applied in the classroom found that 93.87% of the participating students positively evaluated the performance of the project. Therefore, it is important that the Government supports and encourages these projects carried out by social organizations, as the State is often unable to achieve certain results effectively.

Keywords: Social Organization. Institute. Recognize and Change. Goals. Third Sector Organizations

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Logomarca do Instituto Juventude Inovação.....	25
Figura 02 – Logomarca do projeto Recognize and Change (Reconhecer e Mudar).....	26
Figura 03 – Jovens educadores na capacitação do primeiro ano.....	28
Figura 04 – Jovens educadores na capacitação do segundo ano.....	29
Figura 05 – Jovens educadores na capacitação do terceiro ano.....	29
Figura 06 – Jovens educadores brasileiros participando das oficinas em Portugal.....	31
Figura 07 – Jovens educadores brasileiros participando das oficinas em Cabo Verde...32	
Figura 08 – Oficina realizada na EEFM Padre Marcelino Champagnat.....	36
Figura 09 – Painel produzido pelos alunos durante uma oficina.....	37
Figura 10 – Jovens educadores no primeiro seminário local.....	40
Figura 11 – Ação dos jovens educadores em evento do projeto Academia ENEM.....	41
Figura 12 – Ação dos jovens educadores em evento do projeto Academia ENEM.....	41
Figura 13 – Instrumental de metas – Meta 1.....	42
Figura 14 – Instrumental de metas – Meta 2.....	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Lista de jovens educadores.....	30
Quadro 02 – Facilitadoras.....	31
Quadro 03 – Escolas participantes do projeto.....	33
Quadro 04 – Temas e eixos temáticos.....	35
Quadro 05 – Participantes e votação do concurso de vídeo do primeiro ano.....	38
Quadro 06 – Participantes e votação do concurso de vídeo do segundo ano.....	38
Quadro 07 – Participantes e votação do concurso de vídeo do terceiro ano.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Total de pessoas sensibilizadas através das redes sociais.....	42
Tabela 02 – Total de pessoas sensibilizadas nos três anos.....	43
Tabela 03 – Número de alunos matriculados.....	44
Tabela 04 – Resultados dos Encontros.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPPJ	Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude
EEFM	Escola de Ensino Fundamental e Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IJI	Instituto Juventude Inovação
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONGs	Organizações Não Governamentais
OS	Organizações Sociais
OSC	Organizações Sociais Civis
OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PNP	Programa Nacional de Publicização
SEDUC	Secretária da Educação do Governo Estadual

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	13
2.1	Origem, histórico e conceitos de organização social no brasil.....	13
2.2	Aspectos jurídicos gerais e específicos de uma organização social: constituição, atuação e finalidade	15
2.3	Licitações para a organização social	18
2.4	Contrato de gestão	20
3	METODOLOGIA.....	23
4	PROJETO RECONHECER E MUDAR	25
4.1	Gestão, objetivos e metas do projeto	25
4.2	Seleção, capacitação e intercâmbios dos jovens educadores	27
4.3	Oficinas: seleção das escolas, perfil dos participantes, temas abordados e concurso de vídeo.....	32
4.3.1	<i>Seleção das escolas e perfil dos participantes.....</i>	<i>32</i>
4.3.2	<i>Temas abordados e eixos temáticos.....</i>	<i>34</i>
4.3.3	<i>Concurso de vídeo, conferências e seminário</i>	<i>37</i>
4.4	Resultados	40
4.4.1	<i>Meta 1 – Sensibilização.....</i>	<i>40</i>
4.4.2	<i>Meta 2 –Encontro nas escolas.....</i>	<i>43</i>
4.4.3	<i>Meta 3 – Pesquisas.....</i>	<i>45</i>
4.4.4	<i>Feedback dos alunos (Questionário).....</i>	<i>45</i>
5	CONCLUSÕES.....	47
	REFERÊNCIAS.....	49
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO PARA OS ALUNOS PARTICIPANTES.....	51

1 INTRODUÇÃO

Em relação ao terceiro setor associamos a um espaço público, o qual não é estatal e acontece participação privada direcionado para o interesse público. Apesar disso, essas entidades paraestatais não são entidades públicas nem privadas, visto que não são públicas porque não são pessoas do Direito Público, e não são privadas mediante o fato de que não buscam o lucro. A definição de paraestatais significa que realizam serviços não exclusivos do Estado, mas são submetidos ao controle administrativo e ao Tribunal de Contas. Portanto, essas entidades colaboram com o estado, diante do desenvolvimento de atividades do interesse público. (PALUDO, 2012).

De acordo com Paludo (2012), no terceiro setor verificamos a existência de serviços sociais autônomos, entidades de apoio, ou seja, fundações privadas, associações e corporativas. Além disso, organizações sociais, organizações sociais de interesse público e diversas Organizações Não Governamentais (ONGs).

As organizações sociais são entidades privadas, sendo pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos. Esse tipo de organização é destinado ao exercício de atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. São de interesse social e utilidade pública, onde pode ser destinado recursos orçamentários e bens públicos necessários aos contratos de gestão, os quais deverão prever o cronograma de desembolso e as liberações financeiras (SLOMPO, 2016).

Esse trabalho de conclusão de curso tem como objetivo investigar a gestão da organização social Instituto Juventude Inovação na perspectiva dos estudantes. A escolha pelo tema é justificada pela participação da autora nas atividades e realização do projeto Reconhecer e Mudar, o qual será objeto de estudo desta monografia. Além disso, devido a importância de projetos direcionados para a juventude de Fortaleza e o maior envolvimento da sociedade e Poder Público. Através do estudo de caso, a autora tem como intuito utilizar a experiência vivida nesse projeto para destacar o trabalho realizado pelas organizações sociais e a importância de uma boa gestão dessas organizações. A organização social responsável pela gestão do projeto foi o Instituto Juventude Inovação, onde a autora trabalhou por 2 anos e 4 meses como auxiliar administrativa.

O problema de pesquisa relacionado ao tema é analisar o seguinte questionamento: Como as Organizações Sociais atuam na sociedade, através da execução do projeto Reconhecer e Mudar. O projeto foi realizado na cidade de Fortaleza, a capital do estado do Ceará, onde

possui uma população com aproximadamente 2,7 milhões de pessoas (IBGE, 2020) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de aproximadamente 0,754 (IBGE, 2010).¹ Porém, o projeto teve atuação em 6 escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio (EEFM). Teve como público alvo os alunos que cursavam o primeiro, o segundo e terceiro ano do ensino médio.

Os objetivos específicos deste estudo são: analisar os indicadores de metas do projeto Reconhecer e Mudar; apresentar resultados obtidos em cada meta estabelecida, bem como verificar “feedback” dos alunos participantes sobre o projeto, através da aplicação de questionário.

Segundo Tumelero (2019), a definição de metodologia de pesquisa é a descrição do processo de pesquisa, ou seja, a decisão de quais procedimentos serão escolhidos para a coleta e para análise dos dados encontrados. Portanto, é necessário selecionar as técnicas e abordagens mais adequadas para o estudo. Além disso, verificar a natureza da sua investigação.²

Em relação aos procedimentos, será abordada uma metodologia de pesquisa bibliográfica com utilização de material já publicado, como livros e artigos. Além disso, a pesquisa de estudo de caso estará presente, visto que o objeto de estudo é o projeto Reconhecer e Mudar. E a pesquisa de campo será aplicada através de questionários para ter um “feedback”, ou seja, um retorno sobre os resultados da realização do projeto. Em relação à abordagem será utilizada uma pesquisa qualitativa e quantitativa, pois as opiniões dos participantes do projeto serão traduzidas em números para utilização e classificação dos dados. Além disso, existe a análise dos números adquiridos nas metas estabelecidas no contrato de gestão. Quanto à natureza da pesquisa aplicada, é uma investigação original identificada pelo interesse em adquirir novos conhecimentos. E, diante disso, com a visão de gerar conhecimentos para aplicações práticas direcionados à solução de problemas específicos. Com relação ao objetivo da pesquisa, temos uma pesquisa exploratória que tem como meta proporcionar maior familiaridade com o problema, e, portanto, explorar o tema (TUMELERO, 2019).

Diante disso, a monografia está dividida em algumas seções: introdução, revisão da teoria com a aplicação e apresentação do Instituto Juventude Inovação, metodologia, apresentação do projeto estudado, análise de metas e questionário, e conclusões.

¹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/fortaleza.html>. Data de acesso: 25 ago 2021.

² Disponível em: <https://blog.mettzer.com/pesquisa-aplicada/> Data de acesso: 24 jun 2021.

2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Ao decorrer desta seção, iremos desenvolver assuntos direcionados a Organização Social (OS), relatando sua origem, histórico e conceitos. Além disso, abordaremos segmentos e ações que são necessários para a existência de uma OS, como por exemplo, aspectos jurídicos, licitações e contrato de gestão.

2.1 Origem, histórico e conceitos de organização social no Brasil

As organizações sociais são um instrumento da sociedade civil com o objetivo de resolver grandes problemas, ou seja, melhorar a gestão dando ao Terceiro setor uma responsabilidade mais direta para a realização de funções que o Estado precisa garantir para a sociedade. Isso porque, o Estado não tem condições de realizar essas funções por dificuldades operacionais, como por exemplo, financeiras e mão de obra. Essas dificuldades ficaram evidentes após 1980, onde a crise do Estado ficou mais intensa e houve a necessidade de o país criar alguma organização de gestão não estatal que seja responsável por proporcionar os direitos fundamentais dos cidadãos (NOGUEIRA, 2019).

O projeto de Reforma do Aparelho de Estado do governo do Presidente Fernando Henrique, o qual está delineado no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado fez surgir o modelo institucional-legal das organizações sociais. O plano foi aprovado pela Câmara da Reforma do Estado, órgão consultivo da Presidência da República, e pelo Chefe do Poder Executivo Federal em novembro de 1995 (GRAEF, 2015).

No dia 15 de maio de 1998 foi criada a Lei federal N° 9.637 no Brasil, a qual outorga a criação do título Organização Social (OS). Diante disso, surgem as organizações sociais. De acordo com o Art. 1° desta lei:

O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

Segundo Amaral (1998), a primeira organização social no Brasil foi a Fundação Roquette Pinto, que antes era um órgão do governo federal. Então, foi a organização pioneira e que após se tornar uma organização social passou a ser chamada de Associação de Comunicação Educativa Roquette com atuação no mercado da comunicação educativa.

De acordo com o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSC) e com o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2019, no Brasil existem mais de 820 mil de OSs oficialmente contabilizadas³.

O Mapa das OSCs foi criado a partir do Decreto 8.726/2016, que regulamenta a Lei 13.019/2014. A sua gestão é realizada pelo IPEA. De acordo com Nogueira (2019), foi uma grande conquista para o país, visto que o Mapa apresenta grande transparência para a atuação das OSs no Brasil e serve como referência para o surgimento e estratégia para a criação das próximas organizações.

Então, o Mapa é uma plataforma virtual de transparência pública colaborativa que possui dados das OSCs de todo o Brasil. E tem os seguintes objetivos principais:

- 1) dar transparência à atuação das OSCs, principalmente ações executadas em parceria com a administração pública;
- 2) informar mais e melhor sobre a importância e diversidade de projetos e atividades conduzidas por essas organizações;
- 3) disponibilizar dados e fomentar pesquisas sobre OSCs; e
- 4) apoiar os gestores públicos a tomarem decisões sobre políticas públicas que já têm ou possam ter interface com OSCs.

Para Graef (2015), os objetivos e características do modelo de Organizações Sociais (OS) presentes na Lei Federal nº 9.637, de 1998, têm sido de difícil entendimento e possuem diversas interpretações controversas. Diante disso, existe uma dificuldade por parte das autoridades políticas, como também, para os administradores públicos e os órgãos de controle.

A Lei nº 9.637, de 1998, foi construída a partir dos conceitos e definições do Plano Diretor da Reforma, o qual foi elaborada em do 1995. De acordo com o item 8.1 deste plano podemos verificar a definição do objetivo com o Projeto das Organizações Sociais:

O Projeto das Organizações Sociais tem como objetivo permitir a descentralização de atividades no setor de prestação de serviços não-exclusivos nos quais não existe o exercício do poder de Estado, a partir do pressuposto de que esses serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, forem realizados pelo setor não-estatal.

Dessa forma, o objetivo geral das organizações sociais se resume na transferência

³ Disponível em: <https://antigo.plataformamaisbrasil.gov.br/images/docs/CGCAT/manuais/publicacao-IPEA-perfil-osc-Brasil.pdf>. Data de acesso: 25 ago 2021.

dos serviços públicos não-exclusivos de Estado para o denominado pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de “Setor Público Não-Estatal” ou “publicização” (GRAEF,2015).

Segundo Graef (2015), o “Público Não-Estatal” é compreendido como o setor de prestação de serviços públicos existente fora da estrutura estatal, ou seja, é constituído por entidades de natureza jurídica privada, sem fins lucrativos e sem ligação com a administração pública, que prestam serviço de interesse público de forma simultânea com o Estado. Diante disso, não implica na privatização dos serviços prestados.

É comum confundirem as OS com as Organizações Não Governamentais (ONG). Diante disso, é importante diferenciar que as OS possuem direção compartilhada entre o Poder Público e comunidade beneficiária do respectivo serviço, ou seja, um ente público não específico e além disso é organizado fora da estrutura da administração pública. Já a ONG é definida como uma organização da sociedade civil, de natureza jurídica e composição totalmente privada e independente em relação ao Poder Público (GRAEF,2015).

2.2 Aspectos jurídicos gerais e específicos de uma organização social: constituição, atuação e finalidade

No Código Civil Brasileiro podemos identificar quais são as pessoas jurídicas de direito privado citadas no art. 1º da Lei das Organizações Sociais, que embora possuam atividades típicas do Estado, não existe a necessidade de execução por órgãos ou entidades de direito público. Portanto, o art. 44º do Código Civil dispõe:

São pessoas jurídicas de direito privado:

I – as associações;

II – as sociedades;

III – as fundações.

Parágrafo único. As disposições concernentes às associações aplicam-se, subsidiariamente, às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial deste Código.

A natureza jurídica de direito privado da Organização Social está expressa na Lei Nº 9.637 publicada em 1998 (Lei das Organizações Sociais), a qual apresenta dois capítulos e teve como referencial no ordenamento jurídico o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), apresentado pelo Governo Federal. Nessa seção, iremos apontar pontos importantes apresentados por essa Lei.

De acordo com o Art. 2º da Lei Nº 9.637/1998, são necessários alguns requisitos

específicos para que as organizações privadas possam ser qualificadas como organização social:

I – Comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

- a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquela composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;
- d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
- e) composição e atribuições da diretoria;
- f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
- g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;
- h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
- i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da União, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;

II - Haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social e do Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado.

Ainda no capítulo I desta Lei, temos seções que tratam dos seguintes segmentos: Conselho de Administração, Contrato de Gestão, Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão e do Fomento às Atividades Sociais. E, por fim, a última seção que é a desqualificação, essa destaca que o Poder Executivo poderá designar a desqualificação da entidade como organização social, mediante constatação do descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão. Diante disso, temos as seguintes considerações no Art. 16:

§ 1º – A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da Organização Social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º – A desqualificação importará a reversão dos bens permitidos e dos valores entregues à utilização da Organização Social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Ainda de acordo com a Lei, foi designada a OS atuar em complementação ao Estado nas

atividades socialmente relevantes, sem integrar a Administração, mas legitimadas pelo princípio constitucional da subsidiariedade, a qual autoriza a repartição das atribuições estatais com a coletividade, em prol do Estado Social de Direito. E, dessa forma, recebendo recursos públicos.

O capítulo II da lei é destinado para as disposições finais e transitórias. No Art. 17 verificamos que para atuação é necessário um regulamento próprio da organização social com os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, além para compras com emprego dos recursos de origem do Poder Público. O prazo para a publicação deste regulamento é de no máximo noventa dias contados da assinatura do contrato de gestão.

De acordo com o Art. 20, o Programa Nacional de Publicização (PNP) tem como objetivo estabelecer diretrizes e critérios para a qualificação de organizações sociais. Então, são observadas as seguintes diretrizes:

- I - ênfase no atendimento do cidadão-cliente;
- II - ênfase nos resultados, qualitativos e quantitativos nos prazos pactuados;
- III - controle social das ações de forma transparente.

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) possuem sua natureza jurídica expressa na Lei Nº 9.790 de 1999. Essas organizações apresentam títulos jurídicos em comum com as Organizações Sociais (OSs), pois existe a aproximação entre o Direito público e o Direito privado, com a publicização do Direito privado, em decorrência da designação de tarefas públicas a entidades privadas sem fins lucrativos. Apesar disso, existem diferenças entre essas organizações, visto que o contrato de gestão permite prerrogativas às OSs que não são atribuídas às OSCIPs, como por exemplo, a gestão do patrimônio público (OLIVO, 2015).

Segundo Slompo (2016), as OSCIPs e as OSs possuem quatro diferenças, são elas:

- 1) Enquanto que a OS firma Contrato de Gestão, a OSCIP assina Termo de Parceria.
- 2) As OSs somente podem exercer atividades de interesse público no campo do ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde. Já as OSCIPs detêm uma área de atuação mais ampla, pois podem desempenhar serviços sociais de assistência social, defesa e conservação do patrimônio público, promoção do voluntariado, combate à pobreza, promoção da paz, da cidadania e dos direitos humanos, entre outros, ou seja, tem um rol exemplificativo de atuação.
- 3) Outra diferença está no ato de qualificação da entidade: enquanto que as OSs são alçadas a esse patamar mediante um ato discricionário do Poder Público, as OSCIPs têm direito ao título de entidade de utilidade pública, quando preencherem os requisitos da Lei n.º 9.790/99.
- 4) Para finalizar, outra importante diferença entre as entidades está na inexistência de representante do Poder Público no Conselho de Administração da OSCIPs (formado pelos sócios), ao contrário do que ocorre nas OSs.

A finalidade da criação das OSs é fazer com que o Estado ganhe agilidade quando se trata de suas funções sociais, visto que essas organizações possuem autonomia em relação ao poder público para gerenciar recursos. Diante disso, existem vantagens conferidas pela legislação às Organizações Sociais. Uma dessas vantagens, é que não é necessária licitação para compra de material, pois não existe integração a Administração Pública. Além disso, podem contratar ou demitir pessoal sem a obrigatoriedade de concurso público (OLÍVIO,2015).

No entanto, o autor Olivio (2015) também afirma que as OSs precisam realizar aprovação de um regulamento próprio para a concretização de procedimentos como: contratação de obras, serviços, compras e alienações. E, se assim desejar, poderá seguir o procedimento previsto na Lei das Licitações.

2.3 Licitações para a organização social

Todas as compras, vendas e serviços efetuados no poder público, são concretizados através de licitação. Para conseguir o melhor preço e as melhores condições na prestação de serviços e realização de obras, a administração pública utiliza a análise de licitação, a qual é um conjunto de procedimentos administrativos, estabelecidos em leis (PIMENTA, 2009).

A atual Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) estabelece normas para licitações e contratos da Administração Pública para as obras, serviços, publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. É através dessas normas que é possível controlar e inibir os abusos no gasto do dinheiro público.

De acordo com (GANDOLFI, 2018), a licitação é o procedimento em que os órgãos públicos adquirem bens e serviços, os quais são necessários para as suas atividades. Diante disso, esse procedimento é rígido por lei, em especial, a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos).

São previstas seis modalidades de licitação em lei no Brasil. São elas: concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão. As cinco primeiras estão previstas na lei 8666/93, somente o pregão foi instituído através da lei 10.520/2002. A regulamentação do pregão foi realizada pelo decreto nº 3.555/2000 com o objetivo de desburocratizar os processos licitatórios. Para compra de bens e serviços comuns de qualquer valor se utiliza a modalidade pregão, mas é vedada a licitação de obras de engenharia, locações imobiliárias e alienações (ZUCCO, 2019).

No edital do processo licitatório é definida a modalidade utilizada e essa escolha depende do objeto e do volume da compra. Já o tipo da licitação depende dos critérios de julgamento que serão utilizados para a escolha da proposta. São três tipos de licitações que estão previstos no artigo 45 da Lei 8.666/93, os quais são: menor preço, melhor técnica e técnica e preço. O tipo Lance é específico para a modalidade leilão, a melhor proposta será aquela em que é ofertado o maior valor pelo produto (ZUCCO, 2019).

A Lei de licitações e contratos possui regras gerais, as quais devem ser aplicadas. E mediante suas normas possui os princípios necessários para a sua aplicação. Os princípios são a base das normas e das leis. Além disso, são o conjunto de ideias gerais que precisam ser aplicadas em todas as licitações. (GANDOLFI, 2018)

Logo no início da lei identificamos a evidência dos seus princípios. O art. 3º da Lei 8.666/93 diz o seguinte:

“Art.3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Diante disso, é evidente que a própria lei prevê quais os princípios que serão utilizados como base para todos os procedimentos licitatórios.

A isonomia trata-se da igualdade jurídica. A legalidade é quando o administrador vincula seus atos à Lei, não podendo dela se afastar ou desviar. Em relação à impessoalidade, o interesse público é contrário ao interesse próprio ou de terceiros. Já quando falamos em moralidade, a atividade do administrador deverá ser legal, justa, conveniente, oportuna, ética e honesta. A igualdade é o tratamento igualitário aos licitantes, sem favoritismo ou parcialidades. A Publicidade é a divulgação do ato para o conhecimento público e condição para início de seus efeitos externos. A probidade administrativa é a moralidade somada à eficácia do trabalhador. Como princípio, também temos a vinculação ao instrumento convocatório, ou seja, o administrador não poderá desviar-se do edital ou convite da licitação. Por fim, temos o julgamento objetivo que são os fatores concretos e critérios objetivos definidos no edital (ZUCCO,2017).

Portanto, a OS participa de um processo licitatório para ter direito a executar o contrato de gestão. E, isso depende, se a empresa será a vencedora do certame.

2.4 Contrato de gestão

Considerando os termos da Lei Nº 9.637/98, após a aquisição da qualificação e processo licitatório, a OS poderá firmar contrato de gestão com o órgão da Administração Pública direta, através de um conjunto de normas que lhe assegura certos benefícios, como, por exemplo, a possível utilização precária de bens públicos, a cessão de pessoal com ônus para origem e o recebimento de recursos públicos. Porém, a entidade passa também a sofrer algumas restrições, como a sujeição ao controle do Tribunal de Contas e do órgão público supervisor, integrante da Administração Pública (TOURINHO, 2020).

De acordo com o manual de celebração de contratos de gestão podemos afirmar que o contrato de gestão é um instrumento firmado entre um poder público e a uma organização do terceiro setor qualificada como Organização Social. Dessa forma, o objetivo do contrato é de formar parceria entre as partes para a execução de atividades relativas às suas áreas de atuação (SEPLAG, 2019).

Para o alcance de resultados é realizado um plano de ação com a formulação de metas em comum acordo entre o Órgão Supervisor e a OS, as quais são firmadas no determinado contrato de gestão. Diante disso, é necessário um conhecimento sobre a área de atuação e necessidades da população na realização da prestação de serviço, visto que através desses conhecimentos será possível verificar se a organização poderá atingir as metas de forma eficiente e eficaz. As metas definidas precisam ser possíveis de atingir considerando os recursos disponíveis.

Em relação ao contrato de gestão, o Art. 7º da Lei nº 9.637, de 1998 deixa claro os princípios necessários para sua elaboração, os quais são: os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade. Além disso, evidencia os seguintes preceitos:

I - especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II - a estipulação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais, no exercício de suas funções.

O contrato de gestão das organizações sociais possui características próprias e diferenciadas. É o instrumento que regulamenta as ações de uma OS, o qual compreende o gerenciamento, o acompanhamento e a fiscalização de sua execução, e além disso, o

recebimento do projeto contratado (PALUDO,2012).

O gerenciamento está relacionado em estruturar, direcionar ou designar as atribuições relacionadas ao contrato que precisam ser concretizadas a um setor ou funcionário, que são: controlar os prazos de vigência, aditamentos, reequilíbrio econômico e financeiro, atualidade dos documentos do contratado, pagamentos efetuados pela entidade e demais questões relacionadas ao contrato.

A celebração do contrato com a empresa é realizada após a participação do processo licitatório, em que a empresa vencedora irá executar o contrato de gestão. O acompanhamento do contrato se trata de monitorar em tempo real e está presente na execução. Já a fiscalização significa verificar se os requisitos presentes no contrato estão sendo obedecidos na sua execução.

Segundo o manual de celebração de contratos de gestão, além dos princípios constitucionais, as cláusulas mínimas necessárias para a elaboração do contrato de gestão são:

- a) Objeto: o objeto do contrato de gestão é a pactuação de resultados entre uma parte contratante, o Poder Público e outra parte contratada, a Organização Social. Essa cláusula deverá contemplar, de forma clara, o contexto institucional do setor de atuação da instituição contratada.
- b) Objetivo: são objetivos do contrato de gestão, enquanto instrumento de implementação de políticas e de gestão: fortalecer a supervisão e os controles setoriais sobre os resultados das políticas públicas sob sua responsabilidade; melhorar o processo de gestão da instituição contratada; promover o controle social sobre os resultados esperados e dar-lhes publicidade.
- c) Metas: enumeração das metas pactuadas (finais e intermediárias), com seus respectivos indicadores de efetividade, eficácia, eficiência, produtividade, economicidade e gestão.
- d) Obrigações da Contratada: deve conter as ações que garantam o desenvolvimento institucional contínuo da entidade contratada, relativas à orientação estratégica, à otimização de processos organizacionais e à capacitação de pessoas.
- e) Obrigações dos Órgãos e/ou Secretarias Supervisoras e Intervenientes: deve conter os meios necessários à execução do contrato de gestão a serem providos pelos órgãos supervisor e intervenientes, relativos a recursos (financeiros, pessoal, patrimônio etc.) e à autonomia de gestão (de pessoal, logística e orçamentário-financeira).
- f) Valor: deve estabelecer o valor a ser alocado durante sua vigência.
- g) Acompanhamento e Avaliação de Resultados: dispõe sobre a sistemática de acompanhamento definida relativamente a tipos e periodicidade dos relatórios, níveis de cumprimento de metas, auditorias e orientações para revisão e correções de metas ou condições.
- h) Suspensão: dispõe sobre as condições para suspensão, pelo período necessário à melhor adequação ao seu objeto, caso se verifique mudanças substanciais no contexto, impossibilitando o alcance das metas.
- i) Vigência e Renovação: a vigência é de um ano, podendo ser estendida por período a ser determinado pelas partes, mediante termo aditivo que altere cláusulas relativas às metas, obrigações das partes e programa de trabalho. Porém, há casos em que essa vigência poderá ultrapassar um ano, de acordo com as especificidades do objeto do contrato e em comum acordo das partes envolvidas.
- j) Publicidade e Controle Social: dispõe sobre a obrigatoriedade, pelo órgão supervisor, de publicação, no Diário Oficial do Estado e em outros meios físicos e eletrônicos, do contrato de gestão, dos relatórios parciais e finais e dos termos aditivos.

l) Rescisão: dispõe sobre as situações sob as quais o contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, relativas ao descumprimento injustificado pela instituição de compromissos firmados, ou acordo entre as partes ou, ainda, à prática de irregularidades por parte de dirigentes da instituição.

m) Desqualificação & Penalidades: no caso de rescisão do contrato, a instituição será desqualificada por iniciativa do órgão supervisor, mediante decreto, e os seus dirigentes sujeitar-se-ão, em conjunto ou isoladamente, ao afastamento da função e ou às penalidades previstas na legislação pertinente.

De acordo com a Lei nº 8.666/1993, para a realização da fiscalização é necessário um fiscal de contrato, o qual será responsável por essa função do início até o final do contrato. Portanto, é de extrema importância que o profissional ou equipe de fiscalização tenha competência e experiência suficientes para a fiscalização do objeto contratado. Além disso, poderá haver mais de um fiscal para cada contrato, isso dependerá da necessidade de fiscalizar por item, como por exemplo, fiscal da documentação ou fiscal da execução.

Como etapa final, temos o recebimento do objeto contratado. Conforme os arts. 73 e 74 da Lei nº 8.666/1993, esse recebimento poderá ser provisório ou definitivo. Quando o objeto é apenas entregue e será submetido a verificações de especificações, requisitos de qualidades e demais características do objeto, o recebimento será provisório. Será definitivo logo após a verificação da qualidade e quantidade do material, e posteriormente, a aceitação.

3 METODOLOGIA

Para a escolha do melhor método científico para a realização de um trabalho é necessário ter como base técnicas específicas operacionais interligadas. Portanto, o método científico possui um processo com um conjunto de etapas concretizadas, e diante disso, é importante que o pesquisador tenha a compreensão de que método e técnica possuem suas diferenças. Então, o pesquisador possui liberdade para definir quais os melhores instrumentos que irá utilizar para o tipo de pesquisa escolhido, pois assim poderá obter resultados confiáveis. (PRAÇA, 2015).

Em relação à abordagem desse trabalho, será baseada em uma pesquisa qualitativa e quantitativa. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), na pesquisa qualitativa é utilizado para explicar o porquê das coisas, e, portanto, relatando o que foi feito ou o que convém ser feito e não quantificando os valores e a trocas simbólicas e muito menos submeter à prova de fatos, pois os fatos abordados poderão ter diferentes interpretações. Além disso, segundo Gerhardt e Silveira (2009) algumas das características da pesquisa qualitativa são:

Objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Em relação a pesquisa quantitativa, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009) esse tipo de pesquisa tem como característica um pensamento positivista lógico e com tendência a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana.

O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário, o qual foi aplicado para os alunos participantes do projeto e dessa forma foi possível ter um feedback sobre a atuação do projeto. Segundo Franco e Dantas (2017), esse instrumento é formado por uma sequência ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e que não tenham a presença e a interferência do entrevistador. E, diante disso, é necessário apresentar uma certa organização no alcance de informações para melhoria da análise desses dados.

Os questionários possuem vantagens, mas também limitações. Isso porque, consegue atingir um grande número de indivíduos e possui gasto zero com pessoal qualificado para ser aplicado, pois não é necessário o treinamento de pessoal e além disso também consegue

garantir anonimato das respostas. Mas, como limitação temos que o questionário não permite que as pessoas que não saibam ler e escrever respondam as questões e podendo causar algumas deformações nos resultados. Outra limitação, é que impossibilita que o informante tire dúvidas sobre as questões, visto que o pesquisador não pode estar presente (Moraes; Fonseca, 2017).

Já em relação aos objetivos desta monografia, temos uma pesquisa exploratória. De acordo com Moraes e Fonseca (2017), essa pesquisa tem como objetivo relatar algo de um determinado organismo ou sobre um fenômeno de forma que seja possível se familiarizar com o fenômeno investigado e com isso o próximo passo da pesquisa terá uma melhor compreensão e maior precisão.

Quanto aos procedimentos, temos uma pesquisa bibliográfica. É através desse tipo de pesquisa que o pesquisador começa a conhecer o assunto pesquisado, ou seja, o pesquisador precisa desde o início pesquisar obras já publicadas e podendo assim investigar os resultados dessas obras para poder verificar se é interessante realizar a pesquisa sobre determinado assunto. Com essa pesquisa o pesquisador irá adquirir o conhecimento teórico e o levantamento de informações sobre o assunto abordado no seu trabalho. Portanto, o pesquisador tem a possibilidade de buscar várias referências importantes para o seu estudo (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021).

Os autores Sousa, Oliveira e Alves (2021) relatam que as características de uma pesquisa bibliográfica são importantes como fontes confiáveis para fundamentar a pesquisa concretizada. E as fontes são classificadas em:

Fontes primárias: são informações do próprio pesquisador, bibliográfica básica. Exemplos: artigos, teses, anais, dissertações, periódicos e outros.
Fontes secundárias: são bibliografias complementares, facilitam o uso do conhecimento desordenado e trazem o conhecimento de modo organizado. Exemplo: Enciclopédias, dicionários, bibliografias, bancos de dados e livros e outros.
Fontes terciárias: são as guias das fontes primárias, secundárias e outros. Exemplos: catálogos de bibliotecas, diretórios, revisões de literatura e outros.

Diante disso, a autora desta monografia realizou pesquisas e teve acesso a várias obras publicadas. Inclusive, teve acesso a uma obra elaborada em 2020, a qual foi dedicada ao projeto estudado neste trabalho. Essa obra foi produzida por dois pesquisadores contratados pelo Instituto Juventude Inovação e foi realizada mediante pesquisa de campo e dados obtidos pelos relatórios mensais e anuais.

4 PROJETO RECONHECER E MUDAR

O projeto Reconhecer e Mudar foi escolhido como objeto de estudo desta monografia para a fim de analisar os resultados das metas do projeto e pela sua importância para a juventude de Fortaleza. Além disso, a autora trabalhou para o projeto durante toda a sua execução.

Então, no ano de 2018, a prefeitura de Fortaleza iniciou o Projeto Reconhecer e Mudar, o qual foi financiado pela Comissão Europeia – DG EuropeAid e envolveu os seguintes países na parceria: Itália, Bulgária, Cabo Verde, França, Grécia, Portugal, Romênia, Espanha e Brasil. No município de Fortaleza, o projeto foi realizado através da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude (CEPPJ), em parceria com o Instituto Juventude Inovação (IJI). O projeto teve duração de 30 (trinta) meses, sendo finalizado em dezembro de 2020.

4.1 Gestão, objetivos e metas do projeto

A organização social responsável pela gestão do projeto foi o Instituto Juventude Inovação (IJI). Além de ser reconhecida pela prefeitura de Fortaleza como uma OS, o instituto é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, tem como finalidade primordial apoiar, incentivar, assistir, desenvolver e promover atividades de inovação, tecnologia, educação, formação, empreendedorismo, qualificação profissional, lazer e entretenimento nas áreas de cultura, arte, ciência e esporte.

O Instituto Juventude Inovação tem como missão promover conhecimentos e fazeres na área ambiental e ecológica, de promoção e prevenção de saúde, de ciência e tecnologia, de participação política, de comunicação democrática, fortalecendo na população atendida uma consciência cidadã, de participação, de jovens como sujeitos. Os valores são: “atuará de forma permanente e observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, não fazendo qualquer discriminação de clientela, raça, cor, gênero, orientação sexual ou credo religioso”, conforme estabelecido no Art. 8º do seu Estatuto Social.

Figura 01 – Logomarca do Instituto Juventude Inovação.



Fonte: Instituto Juventude Inovação (2021).

Diante disso, o instituto passou por processo licitatório e adquiriu o contrato de gestão do projeto Recognize and Change (Reconhecer e Mudar), o qual teve por objetivo ampliar a construção de uma cultura de paz baseada em confiança, respeito, autoconhecimento, combate ao bullying, discriminações e diferentes formas de violência. As ações socioeducativas foram desenvolvidas por jovens educadores nas escolas da rede pública de ensino e associações comunitárias de Fortaleza.

Figura 02: Logomarca do projeto Recognize and Change (Reconhecer e Mudar).



Fonte: Instituto Juventude Inovação (2021).

A logomarca do projeto foi utilizada durante toda sua atuação na língua inglesa, isso porque, foi estabelecida como a língua oficial do projeto em todos os países. Então, todos os materiais de divulgação do projeto continham essa logomarca.

De acordo com as diretrizes gerais do projeto Reconhecer e Mudar, o projeto visa “aumentar a divulgação de uma cultura baseada na pluralidade das identidades e no seu reconhecimento mútuo entre os cidadãos europeus, lutando contra as discriminações e a violência ligadas às diferenças culturais e de gênero”. E o principal objetivo “sensibilizar os cidadãos europeus e extraeuropeus sobre a responsabilidade individual, através de uma campanha contra a discriminação e a violência”.

O plano de ação do projeto Reconhecer e Mudar consiste em estabelecer objetivos e metas a serem alcançadas. Além disso, também designa as tarefas e ações necessárias para a execução do projeto. Nessa seção iremos discutir sobre essas metas e ações.

Foram estabelecidas três metas e três indicadores:

A primeira meta: fortalecer a sensibilização sobre a responsabilidade individual através de uma campanha contra a discriminação e a violência. Indicador: Alcançar, no mínimo, 120.000 (Cento e vinte mil) pessoas diretamente pela campanha publicitária de conscientização do programa em Fortaleza.

A segunda meta: aumentar a sensibilização de jovens com idades entre 14 e 29 anos sobre as formas de violência e discriminações e promover o compromisso na difusão de uma

cultura inclusiva e anti discriminatória, através da educação entre pares. Indicador: Sensibilizar e envolver, no mínimo, 1.350 (Mil e trezentos e cinquenta) alunos da rede pública de ensino entre 14 e 17 anos em campanhas e oficinas.

A terceira meta: aumentar a sensibilização e o compromisso dos tomadores de decisões locais sobre a instituição e promoção de políticas públicas contra a discriminação étnica e de gênero. Indicador: Realizar, no mínimo, 02 (duas) pesquisas no âmbito do projeto, com divulgação dos resultados.

Diante disso, foram realizados relatórios mensais e anuais para acompanhamento das três metas. Nos relatórios além de constar dados dos indicadores, também eram registradas as atividades realizadas pelo projeto em cada mês. Cada meta possuía uma lista de comprovações, as quais eram exigidas para prestação de contas. Como exemplos de comprovações temos: relatório da comunicação, fotos e listas de frequências de eventos. Dessa forma, os relatórios possuíam uma metodologia tanto quantitativa, como também qualitativa. A elaboração desses relatórios era de responsabilidade da autora desta monografia, a qual trabalhava como auxiliar administrativo no projeto.

4.2 Seleção, capacitação e intercâmbios dos jovens educadores

Para a realização do projeto foram selecionados jovens educadores, os quais passaram por um processo seletivo através de edital publicado no Portal da Juventude de Fortaleza. Aconteceram duas seleções ao decorrer do projeto. A primeira seleção ocorreu em agosto de 2018 com duas etapas, a análise curricular e a entrevista. Diante disso, foram selecionados 16 jovens com faixa etária entre 18 (dezoito) e 27 (vinte e sete) anos e com experiência e afinidades nas áreas que o projeto atuou. Em janeiro de 2020 com a necessidade de renovação no projeto aconteceu a despedida dos jovens educadores selecionados em 2018 e a realização de outro processo seletivo para dar oportunidade a outros jovens educadores. A segunda seleção passou pelo mesmo processo seletivo da primeira com as etapas e critérios necessários.

De acordo com o edital 03/2018 divulgado no Canal da Juventude e perfis no Instagram e Facebook, o processo seletivo exigia os seguintes critérios:

- Ser domiciliado no município de Fortaleza;
- Ter entre 18 e 27 anos (na data de inscrição)
- Ter concluído o ensino médio;

- Ter experiência de trabalho com adolescentes nas escolas ou nas comunidades;
- Ser possuidor de passaporte ou ter o comprovante de solicitação do passaporte;
- Ter conhecimento em outro idioma;

A cada ano, os jovens educadores atuantes no projeto participavam de uma capacitação, com o intuito de que fossem preparados para a realização das oficinas nas escolas. A participação dos jovens foi voluntária e, portanto, recebiam apenas uma ajuda de custo para a realização das atividades do projeto. Essa ajuda de custo era no valor de R\$ 32,00 (trinta e dois reais) por hora de oficina realizada e para por hora de ações de divulgação.

No primeiro ano, foram capacitados 16 jovens educadores para realizarem as oficinas propostas pelo projeto nas escolas da Rede Estadual de Ensino na cidade de Fortaleza/CE. As capacitações tiveram duração de 32 horas, distribuídas em quatro dias, com 8 horas de encontro em cada um dos dias. Foram realizadas nos equipamentos da Prefeitura de Fortaleza, nos dias 24 e 25 de agosto de 2018 no Cuca Barra e nos dias 31 de agosto e 01 de setembro no Cuca Mondubim.

Figura 03 – Jovens educadores na capacitação do primeiro ano.



Fonte: Instagram do projeto Recognize and Change.(Reconhecer e Mudar).

No segundo ano, as capacitações ocorreram em dois dias, nos dias 19 de janeiro de 2019 e em 26 de janeiro de 2019 no Cuca Mondubim. E os jovens participantes da capacitação foram os selecionados no primeiro ano do projeto.

Figura 04 – Jovens educadores na capacitação do segundo ano.



Fonte: Instagram do projeto Recognize and Change.(Reconhecer e Mudar).

Em janeiro de 2020, ocorreu a segunda seleção de jovens educadores e foram selecionados 15 (quinze) jovens. A capacitação desses jovens foi realizada nos dias 18, 19, 20 e 21 de fevereiro de 2020, no Cuca Jangurussu, equipamento da Prefeitura de Fortaleza. Como os selecionados não tinham experiência prévia com o projeto, durante a capacitação houveram alguns momentos para explicação sobre ações realizadas pelo projeto nos dois primeiros anos de atuação. Além disso, no dia 02 de março de 2020 no Cuca Mondubim, os jovens participaram de um treinamento em audiovisual para aplicar o conhecimento adquirido nas oficinas realizadas nas escolas.

Figura 05 – Jovens educadores na capacitação do terceiro ano.



Fonte: Instagram do projeto Recognize and Change.(Reconhecer e Mudar).

Então, o projeto selecionou no total 31 (trinta e um) jovens educadores, os quais foram de extrema importância para a realização das atividades do projeto Reconhecer e Mudar. Segue tabela com lista dos jovens educadores participantes.

Quadro 01: Lista de jovens educadores.

Ano de participação	Nome completo
I e II	Ana Paula Silva Araújo
I e II	Antônio Lucas Oliveira Gois Almeida
I e II	Carlos Johnantan de Oliveira Almeida
I e II	Deoclécio dos Santos Silva
I e II	Francisco Breno Guedes Matos
I e II	Ítalo Teixeira Chaves
I e II	Jose Bruno Diniz Cesário
I e II	Jose Flavio Rocha Goncalves
I e II	José Wilson Aquino de Brito
I e II	Karolayne Pinto Ferreira
I e II	Laura Cristina Andrade Paiva
I e II	Maria Juliana Gonçalves dos Santos
I e II	Natanael Alves Ferreira
I e II	Nathaniele Veras Linhares
I e II	Ruan Carlos da Silveira Campos
III	Antônio Cesar de Abreu Junior
III	Clarice Isidório de Souza
III	Douglas Matheus Lima Farias
III	Francisco Douglas Souza do Nascimento
III	Gabrielle da Silva Matos
III	João Lucas Alves de Matos
III	Jonh Kennedy Costa da Silva
III	Juliana da Silva Nunes
III	Juliana Kelly do Nascimento Costa
III	Laryssa Batista Mendes de Souza
III	Marcelo Rodrigues da Silva
III	Letícia de Rossi Moura Farinon
III	Nikelly Barbara Lima da Silva
III	Nilciane Silva de Mesquita
III	Sabrina Kelly Santos Lima
III	Victor Matheus de Oliveira Barros

Fonte: dados da pesquisa.

As capacitações foram realizadas por profissionais contratados pelo Instituto Juventude Inovação (IJI). Durante os 3 anos, essas capacitações foram coordenadas pela

psicóloga Ana Carolina Marcon Maciel. Além disso, outros profissionais ministraram as capacitações, como facilitadoras.

Quadro 02: Facilitadoras

ANO DE PARTICIPAÇÃO	NOME COMPLETO
I, II e III	Taiane Alves de Lima
I	Nayane Felix dos Santos
II	Paula Mota Lemos
III	Mariana Rodrigues Loiola

Fonte: dados da pesquisa.

Em cada ano, o projeto possuía um tema abordado para ser discutido na capacitação dos jovens educadores e nas oficinas realizadas nas escolas. E, cada tema, continha seus eixos temáticos que foram também trabalhados durante o projeto. Esses temas e eixos temáticos serão apresentados mais adiante neste trabalho, na seção oficinas.

Além da capacitação, alguns jovens educadores participaram de intercâmbios, onde puderam vivenciar experiências viajando para os seguintes países: Cabo Verde e Portugal. Foram escolhidos 2 jovens educadores para cada viagem, sendo assim 4 jovens intercambistas. O projeto custeou as passagens, hospedagens e também ajuda de custo para a alimentação e possíveis necessidades. Então, esses jovens participaram de algumas oficinas realizadas nesses países e trouxeram uma bagagem de conhecimento e realidades diferentes para compartilhar com os outros jovens educadores brasileiros. Da mesma forma que os jovens educadores brasileiros viajaram para esses países, os jovens participantes do projeto em Portugal e Cabo Verde vieram vivenciar as oficinas realizadas em Fortaleza. Vale salientar, que os intercâmbios não foram dados necessários para as metas especificadas na seção anterior.

Figura 06 – Jovens educadores brasileiros participando das oficinas em Portugal.



Fonte: Instagram do projeto Recognize and Change.(Reconhecer e Mudar).

Figura 07 – Jovens educadores brasileiros participando das oficinas em Cabo Verde.



Fonte: Instagram do projeto Recognize and Change.(Reconhecer e Mudar).

4.3 Oficinas: seleção das escolas, perfil dos participantes, temas abordados e concurso de vídeo

Nessa seção, será abordado assuntos relacionados às oficinas que os jovens educadores realizaram nas escolas. Então, será apresentado características e aspectos importantes para a existência do projeto, através de dados coletados para a produção deste trabalho. Por isso, teremos assuntos como a seleção das escolas, perfil dos participantes, metodologia de ensino, temas abordados e concurso de vídeo.

4.3.1 Seleção das escolas e perfil dos participantes

A seleção das escolas foi feita através do contato e posteriormente um acordo com a Secretária da Educação do Governo Estadual (SEDUC). A secretaria disponibilizou uma lista de escolas estaduais e, diante disso, foram escolhidas escolas pertencentes a territórios com alta vulnerabilidade socioeconômica e que encaixavam no perfil do projeto. Então, a equipe do projeto entrou em contato com os diretores e coordenadores das escolas, os quais se mostraram interessados pelo projeto e com disponibilidade para participar.

Quadro 03: Escolas participantes do projeto.

Tipo de escola	Escola	Endereço
Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEFM)	Aloysio Barros Leal	Rua 10, S/N - Conjunto João Paulo II - Fortaleza/ce
	Antônio Dias Macêdo	Rua Pedro Dantas, 340 - Dias Macêdo - Fortaleza/ce
	Deputado Paulino Rocha	Rua Antônio Botelho, 715 - Serrinha - Fortaleza/ce
	Júlia Alves Pessoa	Rua São Francisco, 71 - Bom Jardim - Fortaleza/ce
	Marcelino Champágnat	Rua Daurea, 120 - Barroso - Fortaleza/ce
	São José	Rua Comendador Garcia, 2066 - Parque São José - Fortaleza/ce

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação a divulgação do projeto nas escolas, a equipe do projeto executou através de folhetos informativos, banners, kits alunos e reuniões. Os diretores, coordenadores, professores e alunos aceitaram essa divulgação da melhor forma possível.

A base e estrutura das oficinas foram criadas durante as capacitações dos educadores. Inicialmente, foi decidido que uma oficina seria a realização de quatro encontros. Portanto, cada turma participante do projeto teria quatro encontros com os jovens educadores. Isso foi realmente aplicado no primeiro ano, mas nos dois anos seguintes foram necessárias mudanças na quantidade dos encontros, devido às agendas e disponibilidade das escolas. Além disso, para cada oficina foram instituídos dois ou três jovens educadores, dependendo do tamanho da turma.

No primeiro ano, o tema abordado nas oficinas foi “A identidade e relações interpessoais” e o projeto obteve a participação de 13 turmas de alunos do primeiro ano do ensino médio com um total de 439 alunos matriculados. As oficinas foram realizadas em setembro e outubro de 2018 com um total de 52 encontros.

Durante o segundo ano, o tema norteador foi “diversidade e a discriminação” para a realização de oficinas em 14 turmas de alunos do segundo ano do ensino médio e com 425 alunos matriculados. As oficinas foram aplicadas em abril e maio de 2019.

Por fim, no terceiro ano o tema principal foi “formas de violência” e as oficinas foram executadas em 12 turmas de alunos do terceiro ano do ensino médio e com 460 alunos matriculados. Entretanto, essas oficinas ocorreram em junho de 2020, onde o mundo estava enfrentando a pandemia do Covid-19. Diante disso, o projeto passou por mudanças e adaptações

para que fosse possível continuar atuando. Uma dessas mudanças foi a realização de oficinas online e a junção das turmas de cada escola, visto que não era possível realizar as oficinas presenciais. Portanto, o projeto concluiu 13 encontros. Mas, houve uma queda considerável de participantes nos encontros, pois por se tratar de alunos de escolas públicas e de áreas de vulnerabilidade, muitos desses alunos não possuíam acesso a internet.

Ao final de toda oficina, os jovens educadores enviavam para a equipe do projeto algumas comprovações: listas de frequências, fotos e relatórios. Nos relatórios constam as descrições de cada encontro e, portanto, os relatórios eram feitos a partir dos dados coletados pelos jovens educadores.

Nos relatórios mensais e anuais que eram feitos pela autora deste trabalho, constam os eventos, capacitações, reuniões, oficinas e pesquisas do projeto. Dessa forma, foi possível coletar os dados necessários para o estudo desta monografia.

O público alvo do projeto foram jovens de escola pública entre 14 e 29 anos e que estavam inseridos na educação formalmente, visto que para participar do projeto era necessário estar regularmente matriculado em uma das escolas participantes.

As escolas que participaram do projeto são dos bairros: Barroso, Dias Macêdo, Serrinha, Bom Jardim, São José e Conjunto João Paulo II. São bairros considerados vulneráveis e locais que são fortemente marcados por disputas territoriais pelo controle do comércio da droga. Diante disso, os alunos vivem em um ambiente extremamente vulnerável e a participação do projeto se tornou ainda mais importante, visto que a violência muitas vezes está presente na vida desses adolescentes.

4.3.2 Temas abordados e eixos temáticos

Os temas foram de acordo com as diretrizes do projeto e foram utilizados em todos os países parceiros. Os eixos temáticos foram elaborados e construídos considerando as realidades locais, isso foi possível com a participação de uma equipe preparada para desenvolver métodos e técnicas de comunicação e sensibilização. Esses métodos foram aplicados nas capacitações dos jovens educadores e posteriormente os mesmos replicaram nas oficinas realizadas nas escolas.

A metodologia de ensino adotada nas capacitações e oficinas foi a “peer education”, ou seja, educação de pares. Essa abordagem é um processo de ensino e aprendizagem em que adolescentes e jovens atuam como facilitadores(as) de ações e atividades com e para outros (as) adolescentes e jovens, ou seja, os pares. Isso era possível através de dinâmicas temáticas com

os educadores nas capacitações, onde aplicaram as mesmas dinâmicas nas oficinas. Depois das oficinas realizadas, os jovens educadores debatiam como foi abordar os temas e eixos temáticos nas escolas buscando sempre gerar um diálogo sobre a ideia levantada.

Quadro 04: Temas e eixos temáticos.

Ano	Tema abordado	Eixos temáticos (oficinas)
I	Identidade e relações interpessoais	Construção de identidade na adolescência Alteridade e relações interpessoais Identidade virtual, bullying, cyberbullying Empatia
II	Diversidade e discriminação	Questões de gênero Estereótipos e discriminação de gênero Relações, estereótipos e discriminação de pessoas com deficiência Responsabilidade individual e coletiva Produção de fanzines temáticos nas oficinas
III	As formas de violência	Violência, tipos de violência e seus desdobramentos Gênero e discriminação com os sujeitos LGBTQIA+ gera violência Questões étnico-raciais e como as discriminações de raça geram a violência Produção de painéis temáticos nas oficinas

Fonte: dados da pesquisa.

No primeiro ano, o tema norteador foi a “Identidade e relações interpessoais”, o qual teve como objetivo promover uma troca de conhecimento entre os estudantes para orientar sobre a procura de identidade e ações individuais. Diante disso, alguns eixos temáticos foram abordados para a melhor troca de ideias e construção da identidade. E foram abordados assuntos importantes, como o “bullying” e “cyberbullying”. Durante as oficinas, os estudantes identificavam nas dinâmicas ações recorrentes no seu cotidiano e que causavam conflitos internos.

Figura 08 – Oficina realizada na EEFM Padre Marcelino Champagnat

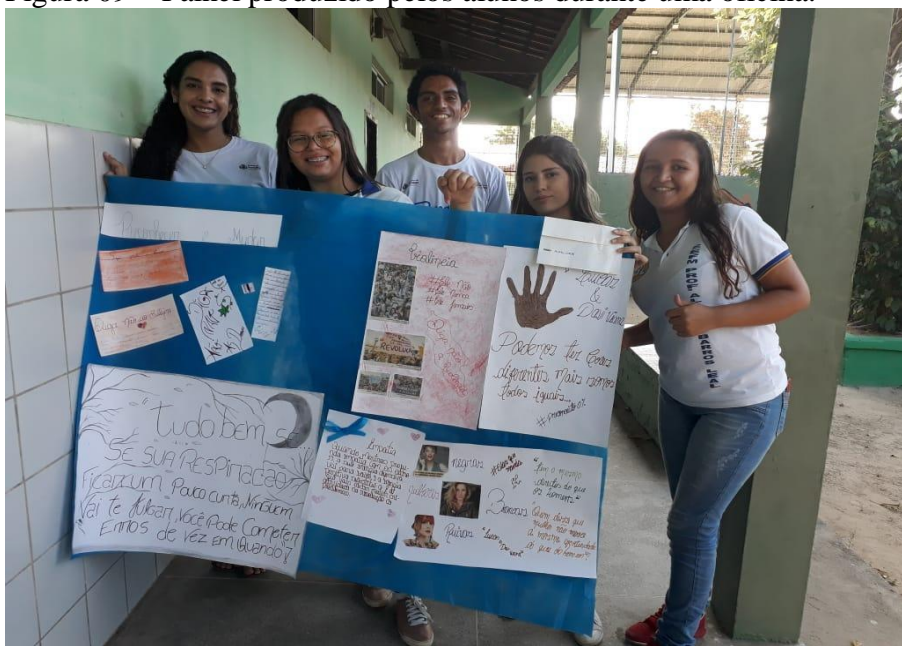


Fonte: Instagram do projeto Recognize and Change.(Reconhecer e Mudar).

Já no segundo ano do projeto, o tema norteador foi “Diversidade e discriminação”. A partir da experiência do ano anterior, a equipe pedagógica pode avaliar de forma positiva a metodologia aplicada. Então, depois que os estudantes passaram por um autoconhecimento durante as oficinas do primeiro ano, foi possível levar assuntos extremamente necessários para um ambiente escolar e para toda a sociedade. Assuntos como: questões de gênero, estereótipos e discriminação de gênero, responsabilidade individual e coletiva. Durante a oficina, os alunos produziram “fanzines” relacionados com o tema e eixos temáticos, e, diante disso, colocaram em prática os conhecimentos adquiridos nos debates.

Portanto, depois do autoconhecimento e discutir sobre assuntos importantes, o projeto apresentou no terceiro ano o tema “As formas de violência”. Os eixos temáticos evidenciaram as consequências decorrente de temas que foram discutidos nos dois primeiros anos, visto que muitas vezes as discriminações levam a vários tipos de violência. Então, os alunos já possuíam conhecimento e estavam preparados para discutir esses tipos de violência. Durante as oficinas, os estudantes produziram painéis relacionados ao tema e eixos temáticos.

Figura 09 – Pannel produzido pelos alunos durante uma oficina.



Fonte: Instagram do projeto Recognize and Change.(Reconhecer e Mudar).

4.3.3 Concurso de vídeo, conferências e seminário

No plano de ação do projeto também foi estabelecido como atividade um concurso de vídeo a cada ano do projeto, onde os alunos participantes das oficinas formaram grupos e produziram vídeos curtos de no máximo um minuto de duração com o tema do ano em vigor. Todo ano um edital era publicado e disponibilizado no canal da juventude e nas redes sociais do projeto.

No primeiro ano o concurso foi executado e votado através do Youtube, devido a problemas técnicos na plataforma oficial do projeto. Já no segundo e terceiro ano, o processo aconteceu normalmente na plataforma oficial do projeto. Os jovens educadores orientaram os alunos no decorrer do processo sobre a produção dos vídeos e realizaram um encontro em cada turma para explicar o edital lançado e tirar possíveis dúvidas sobre o concurso.

Diante disso, esse estudo fez um levantamento das participações dos alunos nos concursos dos 3 anos e das premiações. No primeiro ano, das 13 turmas participantes do projeto, somente quatro turmas participaram do concurso e quatro vídeos foram produzidos, sendo assim um percentual de aproximadamente 30,77% de participação. A premiação foi atribuída nos valores de R \$500,00 para o primeiro colocado, R\$ 400,00 para o segundo colocado e R\$ 300,00 para o terceiro colocado.

Quadro 05: Participantes e votação do concurso de vídeo do primeiro ano.

Nome do grupo e título do vídeo	Escola	Total de votos
Direitos Humanos	EEFM Padre Marcelino Champagnat	170
Resistência	EEFM Antônio Dias Macêdo	289
Vídeo Projeto R&C	EEFM Padre Marcelino Champagnat	239
Marcelino Champagnat	EEFM Padre Marcelino Champagnat	222

Fonte: dados da pesquisa.

No segundo concurso, a adesão ao concurso foi maior e de 14 turmas, no total de 11 turmas participaram, sendo, aproximadamente, 79% de participação. E foram 15 vídeos inscritos no concurso. Além disso, a premiação foi atribuída com valores diferentes do primeiro concurso. Então, o primeiro colocado recebeu a premiação de R \$2.000,00, o segundo colocado recebeu no valor de R\$ 1.600,00 e o terceiro colocado recebeu o prêmio no valor de R\$ 1.200,00. Além da premiação de vídeo, nesse ano a turma com maior engajamento, ou seja, com o maior número de vídeos inscritos no concurso ganhou um passeio para o Beach Park.

Quadro 06: Participantes e votação do concurso de vídeo do segundo ano.

Título do Vídeo	Escola	Nome do Grupo	Total de Votos
Adrian 2° A Manhã Paulino Rocha	EEFM Deputado Paulino Rocha	Os 4 Friends	24.314
Yuri 2° A Manhã Júlia Alves	EEFM Julia Alves Pessoa	União	20.153
Marcely Vitória 2° B Manhã Aloysio Barros Lea	EEFM Aloysio Barros Leal	Não ao Preconceito	4.687
Jannyla 2° A Manhã São José	EEFM São José	Master	3.262
Sandro Lopes 2° B Tarde Marcelino	EEFM Padre Marcelino Champagnat	Juntos Contra o Preconceito	3.134
Dickson 2° C Tarde Paulino Rocha	EEFM Deputado Paulino Rocha	Os Estrelinhas	1.455

Kaylane 2° B Manhã Paulino Rocha	EEFM Deputado Paulino Rocha	Por Um Mundo Melhor	1.215
Rodrigo 2° A Manhã Júlia Alves	EEFM Júlia Alves Pessoa	Revolution	1.008
Pedro Henrique 2° A Manhã Marcelino	EEFM Padre Marcelino Champagnat	Somos Todos Iguais	567
Ana Viana 2° B Manhã Aloysio Barros Leal	EEFM Aloysio Barros Leal	Girl Power do ABL	313
Gisele 2° B Manhã São José	EEFM São José	Unidos do São José	259
M Eunice 2° B Manhã Julia Alves	EEFM Júlia Alves Pessoa	Diferença	230
Luiz Gustavo 2° A Manhã Dias Macêdo	EEFM Antônio Dias Macêdo	Resistência	225
Tereza Cristina 2° A Manhã Dias Macêdo	EEFM Antônio Dias Macêdo	Campeã DM	210
M de Fátima 2° C Tarde Paulino Rocha	EEFM Deputado Paulino Rocha	Fofinhos do PR	107

Fonte: dados da pesquisa.

No terceiro concurso, de 14 turmas apenas 4 participaram e, diante disso, um percentual de 28,57% das turmas se envolveram diretamente com as ações do concurso de vídeo. Foram 4 vídeos inscritos no terceiro ano. A premiação foi a mesma atribuída no segundo concurso, com a exceção do passeio que não foi possível realizar devido a pandemia causada pelo COVID -19.

Quadro 07: Participantes e votação do concurso de vídeo do terceiro ano

Título do vídeo	Escola	Nome do grupo	Total de votos
Diga não ao racismo	E.E.F.M Júlia Alves Pessoa	Equipe União	11734
Normal é ser diferente	E.E.M.T.I. Padre Marcelino Champagnat	Normal é ser diferente	7621
Cruel Realities	E.E.F.M Júlia Alves Pessoa	JAP 3°D Chegou	2716
Say no to opression	EEFM Deputado Paulino Rocha	Xícaras de Café Vazias	40

Fonte: dados da pesquisa.

Nos dois primeiros anos foram realizados seminários locais para acontecer as

premiações do concurso de vídeos. O 1º seminário ocorreu no auditório do Cuca Mondubim nos dias 13 de novembro de 2018 com um público de 186 pessoas, o 2º foi realizado no mesmo local e obteve um público de 153 pessoas. Dentre os participantes estava a equipe do projeto, jovens educadores, estudantes, professores e diretores das escolas.

Figura 10 – Jovens educadores no primeiro seminário local.



Fonte: Instagram do projeto Recognize and Change.(Reconhecer e Mudar).

No terceiro ano foi realizada a adaptação necessária devido à pandemia, e, portanto, ocorreu uma conferência virtual, sendo visualizada pelo canal da Juventude (JUVTV) no YouTube no dia 10 de dezembro de 2020 com um alcance de 60 pessoas assistindo online, e no auditório do Cuca Mondubim a presença dos jovens educadores e equipe técnica do projeto, no total foram 85 pessoas participantes.

Além da premiação, nesses eventos eram realizadas as certificações dos jovens educadores e homenagem às escolas e professoras participantes. Além disso, a apresentação dos vídeos concorrentes no concurso. Os jovens educadores participaram de forma ativa nos eventos relatando sobre as suas experiências vividas nas oficinas.

4.4 Resultados

Através dos dados coletados e relatórios realizados foi possível chegar em resultados obtidos para cada meta estipulada. E nessa seção, serão apresentados esses resultados de forma clara e objetiva.

4.4.1 Meta 1 – Sensibilização

A meta a ser alcançada foi de, no mínimo, 120.000 pessoas diretamente pela campanha publicitária de conscientização. Então, os jovens educadores participaram de eventos, como os aulões do projeto Academia Enem. Além disso, promoveram ações de divulgação nos Cucas do Mondubim, Barra e Jangurussu através da distribuição de panfletos do projeto.

Figura 11 – Ação dos jovens educadores em evento do projeto Academia ENEM.



Fonte: Instagram do projeto Recognize and Change.(Reconhecer e Mudar).

Figura 12 – Ação dos jovens educadores em evento do projeto Academia ENEM.



Fonte: Instagram do projeto Recognize and Change.(Reconhecer e Mudar).

Os dados foram coletados e adicionados ao Instrumental de metas, o qual era utilizado para a construção dos relatórios durante todo o projeto.

Figura 13 – Instrumental de metas – Meta 1

Meta 1						
Sensibilização						
FORTALECER A SENSIBILIZAÇÃO SOBRE A RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL ATRAVÉS DE UMA CAMPANHA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA						
Indicador: Alcançar, no mínimo, 120.000 (Cento e vinte mil) pessoas diretamente pela campanha publicitária de conscientização do programa em Fortaleza.						
Alcance (Pessoas)	1.1 - Encontros - Escolas	1.2 - Eventos	1.3 - Redes Sociais	Total		
	-	-	-	-		
1.1 - Encontros - Escolas						
	Quantidade de Encontros	Média de Público Presente	Total de Público Presente			
	-	-	-			
1.2 - Eventos						
Data	Local	Tipo do Evento	Duração	Público Presente		
			Total	-		
1.3 - Redes Sociais						
Redes Sociais	Facebook	Instagram	Twitter	Youtube	Internet	Total Mês
Alcance (pessoas)						-

Fonte: Instrumental de metas – projeto Recognize and Change.

Nessa meta, o projeto buscou utilizar as ferramentas digitais para alcançar o máximo de pessoas possíveis. E para isso, foi contratado um profissional na área da comunicação para acompanhar as atividades e o projeto alcançar um maior engajamento. Além disso, contabilizou o número de alunos participantes nas oficinas. E nas redes sociais foram contabilizados os números alcançados no Facebook, Instagram, Twitter e YouTube.

Tabela 01: Total de pessoas sensibilizadas através das redes sociais.

Redes Sociais	Anos dos dados coletados		
	I	II	III
Facebook	208	11.262	4.018
Instagram	217	48.308	50.922
Twitter	2	2.184	0

Youtube	5.188	1.494	0
Internet	0	61.139	22.183
Total	5.615	124.387	77.123

Fonte: dados da pesquisa.

Como podemos verificar na tabela anterior nos anos 2 e 3, no item “internet” foi contabilizado para os relatórios como a votação do concurso de vídeo na plataforma oficial do projeto, a qual era administrada pela equipe da Itália. Já no primeiro ano, os votos foram contabilizados através da plataforma YouTube.

Tabela 02: Total de pessoas sensibilizadas nos três anos.

Alcance (Pessoas)	Anos dos dados coletados		
	I	II	III
Encontros - Escolas	507	500	460
Eventos	186	7.400	0
Redes Sociais	5.615	124.387	77.123
Total	6.308	132.287	77.583

Fonte: dados da pesquisa.

Como avaliado na tabela anterior, no ano 3 o projeto não realizou eventos e não participou de eventos de outros projetos. Isso foi mais uma consequência da pandemia, pois inviabilizou essas atividades. Mas, também podemos verificar que foi concretizada a meta estabelecida de no mínimo 120.000 pessoas alcançadas, visto que a soma de todos os anos o projeto alcançou 216.178 pessoas, ou seja, 55,50% a mais da meta estabelecida.

4.4.2 Meta 2 – Encontro nas escolas

Na meta 2 constam os dados dos encontros dos jovens educadores com os alunos.

E como já falado anteriormente neste trabalho, 4 encontros eram referentes a 1 oficina. Então, nos relatórios foram registrados número de alunos matriculados, total de encontros, número de alunos presentes em cada encontro. Além disso, outros dados importantes foram inseridos no Instrumental de metas.

Figura 14 - Instrumental de metas – Meta 2

Meta 2							
Encontros - Escolas							
AUMENTAR A SENSIBILIZAÇÃO DE JOVENS COM IDADES ENTRE 14 E 29 ANOS SOBRE AS FORMAS DE VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÕES E PROMOVER O COMPROMISSO NA DIFUSÃO DE UMA CULTURA INCLUSIVA E ANTI-DISCRIMINATORIA, ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO ENTRE PARES							
Indicador: Sensibilizar e envolver, no mínimo, 1.350 (Mil e trezentos e cinquenta) alunos da rede pública de ensino entre 14 e 17 anos em campanhas e oficinas.							
Alunos matriculados para os encontros / Envolvidos através de campanhas							
Quantidade de Encontros	Média de Público Presente	Total de Público Presente	Tipologia de Público				
-	-	-			Público Presente		
					Masculino	Feminino	Total
			Alunos - Ensino Médio		-	-	-
			Alunos - Ensino Fundamental		-	-	-
			Pais		-	-	-
			Associações		-	-	-
			Professores		-	-	-
			Total		-	-	-
Data	Local	Oficineiros	Duração	Tipologia de Público	Público Presente		
					Masculino	Feminino	Total
							-
							-
							-

Fonte: Instrumental de metas – projeto Recognize and Change.

Diante disso, o projeto chegou aos resultados estabelecidos nas tabelas a seguir.

Tabela 03: Número de alunos matriculados.

	Anos dos dados coletados			Total
	I	II	III	
Alunos Matriculados	507	500	560	1.567

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 04: Resultados dos encontros

	Encontros			
	I	II	III	Total
Nº de encontros	52	37	21	110
Público presente nos encontros	1.502	839	242	2.583

Média do público presente	59	46	28	-
---------------------------	----	----	----	---

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com a tabela 2 podemos verificar que a meta foi atingida, visto que o número de matrículas a ser alcançado era de 1.350 alunos e no entanto o projeto atingiu um total de 1.567 alunos. Houve uma queda considerável ao decorrer dos anos, isso aconteceu devido a pandemia e as restrições para a realização das atividades, pois teve a mudança do encontro presencial para o encontro online e pouca adesão dos alunos aos encontros online. Então, o projeto alcançou 13,84% a mais da meta estipulada.

4.4.3 Meta 3 – Pesquisas

Essa meta também foi concretizada, pois foram entregues duas pesquisas. A pesquisa inicial de análise das políticas públicas para o projeto Recognize and Change (Reconhecer e Mudar) foi realizada pela Coordenadoria de Juventude e entregue no dia 15 de outubro de 2018.

Já o relatório final de pesquisa foi realizado e entregue em agosto de 2020 por dois pesquisadores contratados pelo Instituto Juventude Inovação, são eles: Suiany Silva de Moraes e Diego Carneiro.

4.4.4 Feedback dos alunos (Questionário)

No final das oficinas, os alunos responderam um questionário com 12 perguntas aplicado na sala de aula pelos coordenadores e professores das escolas, referente aos encontros realizados com os jovens educadores. O questionário consta como apêndice A neste trabalho.

Devido a pandemia, somente os participantes do primeiro e segundo ano (1.007 alunos) do projeto responderam o questionário. Como o questionário possui perguntas subjetivas e o intuito é analisar a gestão do Instituto Juventude Inovação, o projeto levou em consideração as avaliações positivas e negativas.

através das respostas foi possível apresentar os seguintes percentuais: 91,51% dos jovens deram notas entre 8 e 10 para as temáticas abordadas durante o projeto. Já em relação a importância e necessidade do debate na sala de aula sobre os temas, 39,49% alunos consideraram importante e necessário, outros 38,21% acharam ótimo os debates que ocorreram na sala de aula. Quando questionados sobre o trabalho dos jovens educadores, 93,87%

avaliaram positivamente e 91,04% ficaram satisfeitos com os resultados alcançados. Sobre o método utilizado nas oficinas, 87,74% dos jovens deram notas entre 8 e 10, 27,26% consideraram bom e muito bom, 14,62% legal e outros 9,91% bem trabalhado. Cerca de 18% elogiaram a diversidade de atividades, relatando serem criativas e divertidas. Mas, 9,4% avaliaram de forma negativa, sem especificar quais os pontos negativos. Em relação ao ambiente das oficinas, foi a pior avaliada, com 68,87% dando notas entre 8 e 10 e cerca de 22% considerando o local desconfortável por ser quente, pequeno e barulhento.

De forma geral, com base nos percentuais obtidos foi verificado que o projeto, os jovens educadores e o método de ensino foram avaliados de forma positiva pela a maioria dos alunos participantes.

5 CONCLUSÕES

O principal objetivo dessa monografia era investigar a gestão da organização social Instituto Juventude Inovação na perspectiva dos estudantes. Era importante primeiro entender quais os fatores essenciais para a existência e sobrevivência de uma organização social, a fim de aprofundar o conhecimento e compreender o que é necessário para que um projeto seja colocado em prática.

Então, foi através de uma organização social, uma licitação e um contrato de gestão que o projeto Reconhecer e Mudar conseguiu atuar durante 2 anos e 6 meses no município de Fortaleza. Dessa forma, fica clara a importância das referências teóricas sobre esse assunto.

O estudo do projeto foi concluído para a apresentação dos resultados, através dos dados obtidos dos relatórios mensais e anuais. O projeto encontrou algumas dificuldades durante a pandemia do COVID-19, como por exemplo, o cancelamento dos eventos presenciais e a necessidade de realizar as atividades de forma virtual e, diante disso, menor adesão dos alunos nos eventos e oficinas. Apesar disso, o estudo revelou que as três metas (sensibilização, encontros nas escolas e pesquisas) estabelecidas no contrato de gestão foram atingidas. A pandemia trouxe preocupações para a equipe, mas houve adaptações para que os objetivos fossem alcançados.

O projeto Reconhecer e Mudar sensibilizou 216.178 jovens, através dos eventos, encontros nas escolas e redes sociais. Vale ressaltar, que atingiu 55,50% a mais da meta 1 estabelecida, a qual era de 120.000 jovens sensibilizados. Na meta 2, o projeto matriculou 1.657 alunos e, portanto, ultrapassou a meta estabelecida de 1.350 alunos matriculados. As pesquisas determinadas na meta 3 foram entregues, sendo assim concluída mais uma meta.

Durante o estudo e a participação no projeto foi possível perceber o quanto a equipe, as escolas, os jovens educadores e os alunos se envolveram de forma ativa nas atividades. Cada um teve sua colaboração para que o projeto pudesse alcançar os resultados.

Os indicadores de metas e o questionário foram instrumentos importantes para a análise da atuação do projeto Reconhecer e Mudar, visto que foi possível coletar os dados necessários. Diante disso, foi constatado que os alunos avaliaram de forma positiva o projeto, incluindo os jovens educadores e o método de ensino realizado. Portanto, é fácil concluir que o projeto Reconhecer e Mudar conseguiu ser eficiente e eficaz no que se propôs a fazer.

Uma sugestão seria a realização de mais trabalhos sobre as Organizações Sociais, a fim de que a sociedade tome conhecimento acerca da importância do tema e pudesse haver um maior envolvimento de todos: sociedade e Poder Público. Isso se justifica, tendo em vista a

atuação em áreas que o Estado muitas vezes não consegue alcançar com efetividade.

A inclusão de conteúdos ligados ao Terceiro Setor nos estudos dos ambientes acadêmicos pode incentivar a construção de mais material literário sobre o assunto, o que seria importante para todos os envolvidos na área.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Casa Civil.Sub-chefia de assuntos jurídicos. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm. Data de acesso: 25 jun. 2021.
- BRASIL, Casa Civil.Sub-chefia de assuntos jurídicos. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm. Data de acesso: 25 jun. 2021.
- BRASIL, **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília: Imprensa Nacional,1996.
- CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão. **Manual de celebração dos contrato de gestão**. SEPLAG. Fortaleza, 2019. 43 p. Disponível em: https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/06/Manual_Celebra%C3%A7%C3%A3o_Contratos_de_Gest%C3%A3o_atualizadoNov2019.pdf. Acesso em: 16 mar. 2021.
- CENTRO DE LIDERANÇA POLITICA. **Qual é a importância das organizações sociais para a democracia?**. CLP. 2019. Disponível em: <https://www.clp.org.br/a-importancia-das-organizacoes-sociais-para-a-democracia-sc2/>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- ESTADO, Brasil. Câmara da Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasilia, 1995. 54 p.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Terceiro setor: Primeira OS, fundação agora quer competir no mercado**. Folha de São Paulo Brasil. São Paulo: 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc01039815.htm>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- GANDOLFI, Paula Elaine Giovanella . **Quais São os Princípios das Licitações?** RCC. 2018. Disponível em: <https://www.rcc.com.br/blog/quais-sao-os-principios-das-licitacoes/>. Acesso em: 8 fev. 2021.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1 ed. UFRGS, 2019.
- MORAES, Adilio Moreira de; FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia de pesquisa científica**. 1 ed. Sobral: Inta, 2017.
- NOGUEIRA, Agnaldo. **Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise nº 66**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34732&Itemid=9. Data de acesso: 25 jun 2021.
- PALUDO, Augustinho Vincente. **Administração Pública**. 2 ed. Elsevier, f. 265, 2012. 519 p.
- PIMENTA, Clóris Patrícia. **As irregularidades encontradas no processo de certame licitatório em prefeituras municipais**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA CESUMAR. 2009. 5. ed, Maringá PR, 2009. 6 p.

PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. **Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão**. São Paulo: Diálogos Acadêmicos, 2015.
OLÍVIO, Luís Carlos Cancellier. **As organizações sociais e o novo espaço público**
Florianópolis : Editorial Studium, f. 127, 2005. 134 p.

RAEF, Aldino. **Objetivos e características fundamentais do modelo das organizações sociais**. Brasília, 2015.

SLOMPO, Marcelo. **Organizações Sociais**. Jusbrasil. Disponível em: <https://marceloslompo.jusbrasil.com.br/artigos/402769412/organizacoes-sociais>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. 2021. Disponível em: . Acesso em: 7 ago. 2021.

TOURINHO, Rita. **Concurso público: análise abrangente de questões doutrinárias, legais e jurisprudenciais**. Imprensa: Belo Horizonte, Fórum, 2020.

TUMELERO, Naína. **Pesquisa aplicada: material completo, com exemplos e características**. Mettzer, 2019. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/pesquisa-aplicada/>
Acesso em 24/06/2021.

ZUCCO, Fabiano. **Pregão Eletrônico: Entenda Agora Sobre essa Modalidade de Licitação**. RCC. 2018. Disponível em: <https://www.rcc.com.br/blog/pregao-eletronico-2/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ZUCCO, Fabiano. **Noções de processos licitatórios. Saiba tudo por aqui** RCC, 2019. Disponível em: < https://www.rcc.com.br/blog/noco-es-de-processos-licitatorios-saiba-tudoaqui/?utm_source=adwords&utm_medium=cpc&utm_campaign=pareto.allpages&gclid=Cj0KCQiApY6BBhCsARIsAOI_GjZVGiixGRZiGQWx1D94QM_EkxVH5jx1PcQOTTrHsUCdiIhkcMjIqiQaAkDhEALw_wcB.>. Acesso em: 8 fev. 2021.

ZUCCO, Fabiano. **Licitações: Tudo O Que Você Precisa Saber**. RCC. 2017. Disponível em: <<https://www.rcc.com.br/blog/licitacoes/#:~:text=A%20licita%C3%A7%C3%A3o%20consiste%20num%20procedimento,contrato%20com%20o%20Poder%20P%C3%BAblico.>>>. Acesso em: 8 fev. 2021.



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE DEPARTAMENTO DE**

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO PARA OS ALUNOS PARTICIPANTES

- 1 De 0 a 10, como você avaliaria o conteúdo trabalhado nas oficinas?
- 2 Qual a sua opinião a respeito dos conteúdos trabalhados nas oficinas?
- 3 Os multiplicadores foram claros? Você conseguiu entendê-los?
- 4 Você está satisfeito com os resultados?
- 5 De 0 a 10, como você avalia o método utilizado nas oficinas?
- 6 Qual a sua opinião a respeito do método utilizado nas oficinas?
- 7 Você gostou das atividades propostas? Elas foram adaptadas para a classe e às particularidades de cada estudante?
- 8 Qual o nível das atividades propostas?
- 9 De 0 a 10, como você avaliaria o ambiente das oficinas?
- 10 Qual a sua opinião a respeito do ambiente das oficinas?
- 11 Você acha que os sentimentos que surgiram ao longo das oficinas, sejam eles negativos ou positivos, foram bem acolhidos e trabalhados?
- 12 Você sentiu que a sala foi ativa ao longo das oficinas?